

O Jornal e a Campanha de Nacionalização em Santa Catarina (1930-1945)

The newspaper and the Nationalization Campaign in Santa Catarina (1930-1945)

Yan Amadeus Pflieger¹

Resumo: Nacionalização foi um tema que permeou todo o período entre 1930 a 1945, no qual Getúlio Vargas aplicou severas restrições aos estrangeiros em território nacional com o objetivo da unificação do Brasil em torno do sentimento nacional. O presente artigo procura observar, através da análise de jornais do período entre 1938 a 1942, a importância dos jornais na Nacionalização do Brasil, na legitimação das medidas nacionalizadoras desempenhadas por Vargas e Nereu Ramos no Brasil e mais especificamente no estado de Santa Catarina, procurando compreender a repercussão destes meios em nível local, e observando os aspectos da Campanha de Nacionalização que não foram apresentados pela imprensa.

Palavras-chave: Campanha de Nacionalização; Getúlio Vargas; Nereu Ramos; Perigo Alemão.

Abstract: Nationalization was a theme that permeated all the period between 1930 and 1945, in which Getúlio Vargas made several restrictions to foreigners in national territory for promote the Brazil's unification through national feelings. This article intends to observe, through the analysis of newspapers between 1938 and 1942, the importance of newspapers in Brazil's Nationalization, in legitimation of nationalization measures undertaken by Vargas and Nereu Ramos in Brazil and more especific in Santa Catarina, seeking to understand about the repercussion of this media in local level, and observing Nationalization Campaign aspects don't showed by media.

Keywords: Nationalization Campaign; Getúlio Vargas; Nereu Ramos; German Danger.

O primeiro período de poder de Getúlio Vargas em toda a sua duração (1930-1945) fez uso de métodos de controle e repressão para suprimir qualquer tipo de incidência contrária ao governo e suas determinações, dentro desse contexto o controle e o uso das mais diversas formas de propaganda foram cruciais para a manutenção do poder ditatorial de Vargas e foram suporte para a implementação da “Campanha de Nacionalização” (1937) que em Santa Catarina foi bastante expressiva.²A partir disto, os jornais que circulavam em Santa Catarina na época tiveram um importante papel no fortalecimento da nacionalização e na figura de Vargas, exaltando positivamente a missão em busca da brasilidade, ao passo que ocultavam os detalhes da mesma.

Segundo Denise Zago, o anseio de criar uma identidade nacional no Brasil surge já no século XIX com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838 ainda no

¹ Graduando em História pela Universidade Federal Santa Catarina. Email: yana.plg@hotmail.com

² PEREIRA, 2004, p.24-31.

Brasil Império e na década de 1920 esse anseio ainda se manifesta através de dois marcos: o Movimento Tenentista e a Semana de Arte Moderna.³

Portanto as questões nacionalistas não surgem com Getúlio Vargas, inclusive a Nacionalização do Ensino é um tema em questão e surge em Santa Catarina por volta de 1911 com o Decreto n.º 585 de 19 de Abril⁴, e é um tema que aparece em jornais de Santa Catarina antes do período Vargas, apresentando informações sobre a Nacionalização do Ensino, embora nem sempre de forma positiva, como no Jornal Correio do Povo de 1921 onde aparece uma extensa reclamação sobre um certo descaso com a questão da Nacionalização do Ensino como algo que é abandonado e retomado esporadicamente⁵.

Porém a questão do Nacionalismo toma novas proporções no governo Vargas⁶, pois desde os primeiros anos do governo provisório de Vargas foram realizados esforços para manter a ordem social de acordo com o projeto político do governo, através da criação da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS) em janeiro de 1933 com a função de controlar qualquer comportamento político contrário ao governo⁷, e ao lado disto Vargas também buscava a centralização do aparelho administrativo do Estado, como medida para diminuir o poder regional e subordinar todos os governos estaduais ao Governo Federal foi criado o Sistema de Interventorias para as quais Vargas designaria pessoalmente os interventores atuantes⁸, em Santa Catarina o Interventor Nereu Ramos foi um importante agente da política de Vargas e da Campanha de Nacionalização⁹.

A centralização política não foi suficiente para solucionar por completo a questão do regionalismo no Brasil, era necessário um elemento unificador da Nação em volta de uma causa comum o “inimigo da nação”, construído a partir do contexto conflituoso interno do país que continha diversos pontos de tensão como a Revolução Constitucionalista de 1932, a Ação Integralista Brasileira criada em 1932, a Aliança Nacional Libertadora surgida em 1934, as intencionalistas Comunista e Integralista, respectivamente de 1935 e 1938¹⁰, como aponta Pereira “o rápido crescimento da Aliança Nacional Libertadora justificou a promulgação, em 4 de abril de

³ ZAGO, 2007, p.70.

⁴ PEREIRA, 2004, p.81.

⁵ *QUESTÃO SEM FIM: Orestes Guimarães e a Nacionalização do Ensino. Correio do Povo*, Santa Catarina, ano 3, n. 33, p. 1, 17 de dezembro de 1921. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=886440&Pesq=Nacionaliza%C3%A7%C3%A3o%20do%20Ensino&pagfis=179>>

⁶ ZAGO, 2007, p.70.

⁷ PEREIRA, 2004, p.24-25.

⁸ ZAGO, 2007, p.74.

⁹ *Ibid.*, p.101.

¹⁰ ZAGO, 2007, p.75-77.

1935, da Lei de Segurança Nacional, que definia crimes contra a ordem política social”¹¹ a autora ainda continua destacando que a Intentona Comunista em novembro de 1935 causou uma intensificação na repressão contra aliados ou possíveis aliados de comunistas, sejam estes do PCB (Partido Comunista Brasileiro) ou do comunismo exterior, tendo culminado numa emenda constitucional e na decretação de estado de guerra em território nacional ocorrendo busca domiciliares e prisões de suspeitos, quadro que viria a se intensificar com o Estado Novo em 1937 que somando-se à Intentona Integralista de 1938 e ao quadro internacional da Segunda Guerra Mundial resultaria na perseguição e condenação de toda e qualquer “ideologia estrangeira”, sendo assim, integralistas, comunistas e opositores do governo foram perseguidos de forma implacável¹², o “Inimigo em Comum” que servirá para exaltar a nacionalidade será o “Estrangeiro” e em Santa Catarina o “Inimigo Estrangeiro” em maior evidência era o Alemão.

Antes de entrarmos na questão Alemã dentro do estado de Santa Catarina, é interessante observar as questões econômicas entre Brasil e Alemanha no período entre 1930 e 1942. Durante a década de 1930 há um grande interesse em volta do mercado latino-americano e a partir disto os países puderam realizar acordos para receber benefícios econômicos, manobra a qual o Governo Vargas conseguiu realizar muito bem através de um “jogo-duplo” para receber vantagens provenientes tanto dos EUA quanto da Alemanha, durante esse período a Alemanha paulatinamente cresceu em importância comercial com o Brasil chegando a passar os EUA em 1938 e tornar-se o principal fornecedor do Brasil.¹³ Conforme Marlene de Fáveri, a Alemanha crescendo em importância comercial no Brasil descontentava os EUA que tinha anseios de criar um sistema de poder na América Latina, para isto foram realizadas diversas exigências solicitadas pelo Brasil que conseguiu importante avanço nos primeiros estágios de sua industrialização, porém com o desenrolar da Segunda Guerra Mundial a pressão estadunidense para o rompimento de relações comerciais com os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) o que acaba ocorrendo em janeiro de 1942 e pouco tempo depois, no mesmo ano, o Brasil declara guerra à Alemanha e entra na Segunda Guerra Mundial, a autora conclui que a entrada do Brasil na guerra se dá mais por motivos econômicos do que por motivos ideológicos ou políticos.¹⁴

Enquanto as relações econômicas iam relativamente bem com a Alemanha, pelo menos até 1942, Pereira¹⁵ aponta que o grande número de colônias alemãs no estado de Santa Catarina chamava a atenção e preocupava o governo, desde de 1917 os imigrantes alemães e seus

¹¹ Pereira, 2004, p.25.

¹² Ibd, p.25-26.

¹³ ZAGO, 2007, p.71-72.

¹⁴ FÁVERI, 2009, p.94-96.

¹⁵ PEREIRA, 2004, p.26.

descendentes sofrem com limitações e monitoramento com a Portaria n.º 80 de novembro deste ano, pela qual os alemães e seus descendentes necessitavam apresentar-se em alguma Delegacia de Polícia para preencher um cadastro e assim receber um “Salvo-Conduto” que deveria ser carregado com o indivíduo sempre, e a partir dos dados coletados foi criado um registro para se ter controle quantos alemães viviam no estado e diversas informações pessoais destes, além disto a portaria ainda proibia os alemães de residirem em locais que fossem considerados “prejudiciais aos interesses nacionais”¹⁶. As pretensões de nacionalização do Brasil encontram nos núcleos de vivência dos alemães, italianos e seus descendentes um grande problema pois, segundo Zago:

Esses núcleos, geralmente localizados em áreas relativamente isoladas, preservavam a cultura da Pátria mãe, principalmente os alemães, uma vez que não tinham assistência do governo brasileiro, não se sentiam cidadãos brasileiros. Mantinham contato com o local de origem, recebiam ajuda do governo alemão, comunicavam-se na língua pátria, liam jornais e revistas em alemão, continuavam a praticar cultos religiosos na língua alemã, preservando assim, a herança germânica¹⁷

De acordo com Pereira, era forte a presença de núcleos ligados a Hitler espalhados pelo estado de Santa Catarina, a autora cita que “tomando-se como base o Censo de 1940, dos 10.791 alemães natos, 10.000 assinaram a lista de adesão”¹⁸ ao partido nazista em Santa Catarina. Pereira ainda continua, citando Lara Ribas, apontando que a “Liga Escolar de Santa Catarina” era um importante mecanismo de difusão dos ideais hitleristas, pois obedecia à “Organização do Exterior” do “Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães” e o plano de ensino era aplicado pela “Liga Nazista de Professores”, eram mais de trezentas escolas dentro dessa estrutura que faziam a educação de crianças através de um programa nazista.¹⁹

A partir do Estado Novo (1937) a nacionalização se torna um assunto de máxima importância e tem como foco de agência as Escolas,²⁰ e logo em 1938 Vargas cria diversos decretos que ficam reconhecidos como “Leis Nacionalizadoras” e que tratam de regulamentar e criminalizar uma série de práticas de estrangeiros como a proibição de organizar-se politicamente e formar grupos ou entidades, além de controlar sua entrada e permanência no país, o quadro da Campanha de Nacionalização desempenhada pelo Estado Novo afetou mais intensamente as colônias alemãs e teve o ápice de sua repressão a partir de 1942 quando o Brasil

¹⁶ PEREIRA, 2004. P.27.

¹⁷ ZAGO, 2007, p.79.

¹⁸ PEREIRA, 2004, p.27.

¹⁹ LARA RIBAS, 1943, p.53. *apud* PEREIRA, 2004, p.28.

²⁰ PEREIRA, 2004, p.31.

entrou em estado de guerra contra a Alemanha.²¹ As perseguições passam a ocorrer de uma forma que qualquer delação resultava punição e só depois há a verificação da realidade da “infração”²². As medidas de repressão, como evidenciado por Denise Zago ao analisar a Campanha de Nacionalização em Videira, eram variadas e instauravam o medo naqueles que fossem de origem alemã ou italiana, padres eram substituídos se fossem estrangeiros, escolas e templos podiam ser fechados se fossem pegos infringindo alguma norma,²³ casas eram invadidas para serem revistadas com o fim de retirar rádios, armas, livros em alemão, inscrições e pinturas que poderia ser queimados logo em seguida,²⁴ em meio a este clima de perseguição aos imigrantes, como mencionado já anteriormente, qualquer denúncia resultaria em prisão e em seguida na averiguação do delito, em busca de espiões e apoiadores do eixo, dependendo da gravidade do delito o indivíduo poderia ser enviado para prisões fora do estado ou até mesmo campos de concentração²⁵. Bastante expressivo sobre a atmosfera de medo instaurada nesse período onde são apresentados relatos orais das prisões, revista das casas, apreensão dos rádios, livros em alemão e a proibição do uso da língua é o documentário “Sem Palavras” de Kátia Klock²⁶ onde são entrevistados vários descendentes de alemão sobre o período da Campanha de Nacionalização, onde inclusive são feitos relatos que evidenciam que a propaganda da Campanha surtiu efeito na criação do “Perigo Alemão” no imaginário comum, pois os entrevistados relatam que os próprios vizinhos ficavam à espreita para denunciar o uso do rádio ou da língua alemã, alguns dos entrevistados também relembram sobre o medo de linchamento ou da tortura como a prática de fazer os alemães ditos “traidores da pátria” ingerirem óleo.

Desde o início de seu governo, Vargas tem uma relação muito íntima com os meios de propaganda e em especial os Jornais, logo no início do governo provisório já aplica censura aos meios de comunicação e criou em 1931 o Departamento Oficial de Propaganda que ao longo de seu governo tornando-se em Departamento nacional de Propaganda e Difusão Cultural em 1934 e depois Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 1937, o DIP foi um importante órgão de controle e censura de publicações contrárias aos governo, a Imprensa a

²¹ ZAGO, 2007, p.82-84.

²² PEREIRA, 2004, p.34.

²³ Denise Zago relata o caso do pastor Alfredo Hoffman que cuidava de um templo-escola, ele foi pego ministrando um culto em alemão, o templo-escola foi fechado e o pastor ficou preso entre o período de 1943-1945. (ZAGO, 2007, p.99)

²⁴ ZAGO, 2007, p.114.

²⁵ FÁVERI, 2009, p. 106.

²⁶ Sem Palavras. Direção de Kátia Klock, 51 min, 2009. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=2WMUGVvRdQA&feature=emb_title>

partir de 1937 passa a ser “serviço de utilidade pública” sendo obrigada a publicar comunicados do governo.²⁷

A intenção de Getúlio Vargas era a de criar um sentimento nacional, sendo assim a partir das noções do surgimento de Nacionalismo postas por Benedict Anderson em seu livro “Comunidades Imaginadas”,²⁸ o jornal, e as impressões num geral, tem importância central nesse objetivo, pois segundo o autor o ritual cotidiano da leitura das notícias ajuda a criar um sentimento de “Comunidade Imaginada Invisível” a partir do processo em que o indivíduo lê informações em um jornal que ele tem noção da existência de vários iguais ao seu redor sendo lidos simultaneamente, obtendo as mesmas informações e na mesma língua, ele não conhece singularmente cada um desses sujeitos que compartilham deste ritual com ele, porém ele tem a noção, o sentimento, de que ele e os outros sujeitos que estão lendo as páginas daquele mesmo jornal pertencem a um mesmo grupo, que se delimita através de outros aspectos como a língua utilizada e local geograficamente delimitado, visto que por mais que um jornal trate de todas as notícias do mundo, ele só irá circular dentro de um espaço físico específico, portanto se um dos aspectos necessários para a criação do sentimento nacional, apontado por Anderson, é a circulação de um jornal em uma mesma língua dentro de um território específico, as medidas de proibição das línguas estrangeiras, como o alemão e o italiano, e publicações utilizando estas, adotadas por Vargas em seu anseio nacionalizador nos parece bastante acertada, embora não moralmente e eticamente corretas, mas a possibilidade de existência de várias “Comunidades Imaginadas” dentro do território nacional, através dos jornais em línguas estrangeiras, eram um grande problema para o objetivo de Vargas, segundo Anderson o surgimento e a consolidação, através da imprensa,²⁹ das línguas vernáculas específicas dentro de um determinado território faz parte do surgimento das “Nações Modernas”,³⁰ e geralmente isso significava o sufocamento e abandono de alguns vernáculos em prol de outros que serviriam para o surgimento das Nações de língua singular, no Brasil, por se tratar um país colonizado por outras “Comunidades Imaginadas”, somado à sua dimensão territorial que fazia com que essas comunidades, segundo Zago³¹ como já citado anteriormente, ficassem distantes e alheias ao resto da nação, ocasionou que o vernáculo que era identificado com aquilo que se entendia por “brasileiro” não se difundisse á todo o território nacional, pois essas comunidades, ou núcleos para ser fiel à Zago, recebiam apoio e tinham uma ligação maior com a Alemanha, portanto a Campanha de

²⁷ PEREIRA, 2004. p.39.

²⁸ ANDERSON, 2008, p.68-69.

²⁹ Imprensa enquanto publicações em geral.

³⁰ ANDERSON, 2008.

³¹ ZAGO, 2007, p.79.

Nacionalização precisou, antes de implementar e difundir a língua brasileira, lidar com as línguas já estabilizadas naquelas comunidades e para isto utilizou-se da repressão como vimos nas páginas anteriores.

Através do DIP o governo Vargas fez uso dos diversos meios de comunicação para propagandear legitimando e positivando o governo e suas realizações, como a Campanha de Nacionalização³², segundo Alessandra da Mota Mathyas,³³ a forma como as notícias são selecionadas e escritas pelos responsáveis dos jornais levam o leitor a concluir aquilo que quem escreveu o jornal quer, a autora ainda cita Ana Paula Goulart Ribeiro que ao apontar a parcialidade existentes nos registros, inclusive dos jornais, destaca que “a forma como determinado fato é relatado acaba tornando-se mais importante que o fato em si”,³⁴ portanto ao ler uma matéria de jornal sou levado a refletir mais sobre a intencionalidade, o objetivo por trás dela e aquilo que ela não fala do que propriamente pelo conteúdo de fato, exercício realizado tendo em mente que a imprensa “sugere e condiciona atitudes, além de ser formadora de opinião”,³⁵ com essas considerações em mente, a leitura dos jornais que tratam da Campanha de Nacionalização formam um imaginário de que esta é perfeitamente benéfica à Nação, além de informações diretas e simples sobre o andamento da Campanha de Nacionalização³⁶ ou da visita de algum agente da nacionalização, traz matérias de exaltação à Campanha, como na segunda página do jornal A Notícia de 7 de Junho de 1938³⁷ onde há uma matéria exaltando os feitos patrióticos do General Meira de Vasconcellos que teria em um ato de verdadeiro patriotismo teria feito “substituir todos os diretores de sociedades estrangeiras, ainda não nacionalizadas, por officiaes do nosso Exercito.” ainda neste mesmo jornal se encontram duas páginas, a primeira e a segundam significativamente preenchidas com uma matéria que tem por objetivo exaltar a figura de Nereu Ramos pela inauguração de um posto de saúde, matéria que não deixou de expressar sentimentos patrióticos, mesmo que de forma rápida,³⁸ e também no

³² PEREIRA, 2004, p.42.

³³ MATHYAS, 2007, p.26.

³⁴ RIBEIRO, 2007, p.31.

³⁵ PEREIRA, 2004, p.38.

³⁶ Em alguns jornais aparecem informações sobre algum avanço na campanha de nacionalização, como neste jornal de 1938 onde se noticia sobre o avanço em se ter sermões em português. (PRIMEIRO, SERMÕES EM PORTUGUÊS. O Estado, Santa Catarina, Ano 25, n. 7.738, p.1, 11 de agosto de 1939. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=884120&Pesq=Campanha%20de%20Nacionalizaçã&pagfis=40105>>)

³⁷ NACIONALIZAÇÃO DE VERDADE. A Notícia, Santa Catarina, Ano 17, n. 2.902, p.2, 7 de junho de 1938. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=843709&Pesq=Campanha%20de%20Nacionalizaçã&pagfis=16550>>.

³⁸ REALIZAÇÃO QUE HONRA E ENALTECE UMA ADMINISTRAÇÃO. A Notícia, Santa Catarina, Ano 17, n. 2.902, p.1-2, 7 de junho de 1938. Disponível em:

jornal O Estado de 9 de Maio de 1938³⁹ no qual com o título “Extirpando o Mal” noticia o afastamento de um professor por ministrar aulas em língua estrangeira e que a escola seria ocupada e transformada numa escola estadual ou municipal pelo fato dos alunos que ali aprendiam mal sabiam falar o português, essas matérias no jornal serviam como, além de fonte de informação sobre a Campanha de Nacionalização, forma de criar no imaginário popular a ideia da dualidade entre os Bem Feitores da Pátria e os “traidores e inimigos”, em Santa Catarina mais identificados na imagem do “Perigo Alemão”,⁴⁰ ao mesmo tempo que apresentavam Getúlio Vargas e Nereu Ramos como figuras ilustres benfeitores da nacionalização, podemos perceber o resultado dessa estratégia através da análise da autora Denise Zago sobre o imaginário popular referente a estas duas figuras, transformando ambos em figuras contraditórias no ambiente popular, Getúlio é referenciado como alguém que desperta medo e respeito nas pessoas, ao mesmo tempo que era reconhecido como ditador, ele também era reconhecido por ser aliado dos trabalhadores e dos pobres⁴¹, a autora continua apontando que a nível nacional tanto Getúlio quanto Nereu aparecem exaltados e reverenciados, porém ao se observar a nível local a imagem de Nereu Ramos aparece de forma mais contraditória, aparecendo reverenciado por um lado, porém criticado por outro, e por vezes Nereu era comparado à Getúlio este sendo colocado como figura de apreço e o outro como figura menos simpática, segundo Dolores Damo “a população não sabia que vinha de Getúlio (a repressão aos estrangeiros), por falta de conhecimento. A raiva era contra o Nereu Ramos que era fechado, de poucos sorrisos.”⁴² a partir disto podemos concluir que os meios de comunicação faziam um perfeito trabalho no encantamento da figura de Vargas e de seu governo, fazendo com que os descontentamentos perante a repressão fossem canalizados na figura mais diretamente próxima da população, que no caso seria o Interventor Nereu Ramos, mas mesmo este sendo alvo de descontentamentos e desconfiança, ainda nutria respeitabilidade no seio público, pois aquilo que era divulgado nos jornais eram simplesmente uma disputa entre “Brasileiros patrióticos” contra “Estrangeiros Traidores” sem entrar nos detalhes, aqui falados anteriormente, das especificidades de cada local e sem apontar os excessos cometidos contra as pessoas que não haviam qualquer ligação com os países do Eixo.

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=843709&Pesq=Campanha%20de%20Nacionaliza%C3%A7%C3%A3o&pagfis=16550>>.

³⁹ *EXTIRPANDO O MAL*. O Estado, Santa Catarina, Ano 23, n. 7358, p.6, 9 de maio de 1938. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=884120&Pesq=Campanha%20de%20Nacionaliza%C3%A7%C3%A3o&pagfis=37797>>.

⁴⁰ PEREIRA, 2004, p. 86.

⁴¹ ZAGO, 2007, p. 120-121.

⁴² DAMO, Dolores, 2006. *apud* ZAGO, 2007, p.127.

Por fim, o projeto de Nacionalização no Brasil, empreendido por Getúlio Vargas, conseguiu empreender uma Campanha de Nacionalização que ao mesmo tempo que reprimia e abusava de seus cidadãos, conseguia evocar o apoio do povo através de uma forte propaganda para a qual o Jornal ocupou importância central na construção de um imaginário positivo do governo e suas medidas, apresentando estas medidas como benfeitorias em nome da pátria enquanto sufocava os ecos daqueles que foram perseguidos, criando a “Nação” brasileira não a partir da inclusão de todos dentro da “brasilidade”, mas através da exclusão de qualquer indivíduo que não se adequasse aos requisitos.⁴³

Bibliografia

A CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO E O EXÉRCITO. O Estado, ano 24, n. 7.635, p. 3, 10 de abril de 1939. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=884120&Pesq=Campanha%20de%20Nacionalização&pagfis=39478>. Acesso em: 03/12/2020.

A CAMPANHA NACIONALIZADORA E A PRECIOSA CONTRIBUIÇÃO DO EXÉRCITO. O Estado, ano 24, n. 7.636, p.1, 11 de abril de 1939. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=884120&Pesq=Campanha%20de%20Nacionalização&pagfis=39482>. Acesso em: 03/12/2020.

A HOMENAGEM DO CÍRCULO OPERÁRIO AO GENERAL MEIRA DE VASCONCELLOS. A Notícia, Santa Catarina, ano 17, n. 3.060, p.3, 13 de dezembro de 1938. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=843709&Pesq=Campanha%20de%20Nacionalização&pagfis=18376>>. Acesso em: 03/12/2020.

A NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO. O Estado, ano 14, n. 4.384, p.2, 27 de dezembro de 1928. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=884120&Pesq=Nacionalização%20do%20Ensino&pagfis=20455>>. Acesso em: 03/12/2020.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. 3º Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ESCOLAS ESTRANGEIRAS: Elementos Corruptores da Nacionalidade. O Estado, Santa Catarina, ano 23, n. 7.332, p.6, 6 de abril de 1938. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=884120&pagfis=37642>. Acesso em: 03/12/2020.

EXTIRPANDO O MAL. O Estado, Santa Catarina, Ano 23, n. 7358, p.6, 9 de maio de 1938. Disponível em:

⁴³ PERAZZO, Priscila Ferreira. 1999, p.48. *apud* ZAGO, 2007, p.83.

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=884120&Pesq=Campanha%20de%20Nacionaliza%C3%A7%C3%A3o&pagfis=37797>. Acesso em: 03/12/2020.

FÁVERI, Marlene de. *Tempos de intolerância: repressão aos estrangeiros durante a Segunda Guerra Mundial em Santa Catarina*. Revista *Esboços*, Volume 16, Nº 22, 2009, p.91-109.

FAZENDO JUSTIÇA A UM GRANDE GOVERNANTE. **A Notícia**, ano 17, n. 2.901, p. 1, 5 de junho de 1938. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=843709&Pesq=Campanha%20de%20Nacionaliza%C3%A7%C3%A3o&pagfis=16537>. Acesso em: 03/12/2020.

LUIZ SANCHEZ BEZERRA TRINDADE. **A Notícia**, ano 18, n. 3.282, p.3, 13 de setembro de 1939. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=843709&Pesq=Campanha%20de%20Nacionaliza%C3%A7%C3%A3o&pagfis=20477>. Acesso em: 03/12/2020.

MATHYAS, Alessandra da Mota. *Histórias impressas de Joinville: Estuda da historiografia e da influência da imprensa na escrita da história da maior cidade de Santa Catarina*. Dissertação (Mestrado em História Cultural) - programa de Pós-Graduação em História Cultura, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, f.194, 2007.

MENTALIDADE ANTI-BRASILEIRA. **O Estado**, ano 25, n. 7.728, p. 1, 31 de julho de 1939. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=884120&Pesq=Campanha%20de%20Nacionaliza%C3%A7%C3%A3o&pagfis=40045>. Acesso em: 03/12/2020.

NACIONALIZAÇÃO DE VERDADE. **A Notícia**, Santa Catarina, Ano 17, n. 2.902, p.2, 7 de junho de 1938. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=843709&Pesq=Campanha%20de%20Nacionaliza%C3%A7%C3%A3o&pagfis=16550>. Acesso em: 03/12/2020.

PARA A NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO NO PARANÁ E EM SANTA CATARINA. **A Notícia**, ano 10, n. 1.032, p.4, 15 de janeiro de 1932.

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=843709&Pesq=Nacionaliza%C3%A7%C3%A3o%20do%20Ensino&pagfis=1445>. Acesso em: 03/12/2020.

PENEIRAMENTO NIPÔNICO. **O Estado**, ano 27, n. 8.460, p.3, 5 de fevereiro de 1942.

Disponível

em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=884120&Pesq=Campanha%20de%20Nacionaliza%C3%A7%C3%A3o&pagfis=44044>. Acesso em: 03/12/2020.

PEREIRA, Vera Regina Bacha. *Nacionalização - Autoritarismo e Educação: Inspetores e Professores nas escolas catarinenses - 1930-1940*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, f.279, 2004.

PRIMEIRO, SERMÕES EM PORTUGUÊS. **O Estado**, Santa Catarina, Ano 25, n. 7.738, p.1, 11 de agosto de 1939. Disponível em:

O Jornal e a Campanha de Nacionalização em Santa Catarina (1930-1945) – Yan Amadeus Pflieger

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=884120&Pesq=Campanha%20de%20Nacionaliza%C3%A7%C3%A3o&pagfis=40105>. Acesso em: 03/12/2020.

QUESTÃO SEM FIM: Orestes Guimarães e a Nacionalização do Ensino. Correio do Povo, Santa Catarina, ano 3, n. 33, p. 1, 17 de dezembro de 1921. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=886440&Pesq=Nacionaliza%C3%A7%C3%A3o%20do%20Ensino&pagfis=179>. Acesso em: 03/12/2020.

REALIZAÇÃO QUE HONRA E ENALTECE UMA ADMINISTRAÇÃO. A Notícia, Santa Catarina, Ano 17, n. 2.902, p.1-2, 7 de junho de 1938. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=843709&Pesq=Campanha%20de%20Nacionaliza%C3%A7%C3%A3o&pagfis=16550>. Acesso em: 03/12/2020.

Sem Palavras. Direção de Kátia Klock, 51 min, 2009. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=2WMUGVvRdQA&feature=emb_title. Acesso em: 03/12/2020.

SILVA, Janine Gomes da. *Tempo de lembrar, tempo de esquecer... As vibrações do Centenário e o período da Nacionalização: histórias e memórias sobre a cidade de Joinville*. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, f.295, 2004.

ZAGO, Denise. *A Campanha de Nacionalização em Videira: “um tempo para ser esquecido”*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, f.150, 2007.

Data de envio: 19 de dezembro de 2020

Data de aceite: 29 de dezembro de 2020